

Decisões da CIT
13/12/2007

A reunião da CIT foi iniciada com o lançamento do Livro “SUS: O espaço de Gestão Inovado e dos Consensos Interfederativos”. 1. Os autores do livro, Luiz Odorico Andrade, médico Sanitarista, doutor em Saúde Pública pela Unicamp e Lenir Santos, advogada, especialista em Direito Sanitário Aplicado, uniram seus conhecimentos sobre a legislação e normas do SUS analisando as NOB e Pacto propondo novos instrumentos para gestão compartilhada. Após lançamento, todos os presentes receberam um exemplar do livro oferecido pelo CONASEMS.

Após o lançamento do livro o Ministro da Saúde, **Dr. José Gomes Temporão**, compareceu a reunião para saudar os gestores e disse que com a não aprovação da CPMF pelo Senado, quem perdeu foi o Brasil e a Saúde. Disse também que o momento é difícil, porém o Ministério da Saúde, Estados e Municípios encontrarão meios para superar esse momento e a discussão do PAC-Saúde ficará para outro momento.

A seguir, Dra. Márcia Bassit, Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e coordenadora da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, após cumprimento aos presentes falou da derrota política no Senado Federal que derrubou a CPMF e criou um grande problema para os que defendem o Sistema Único de Saúde –SUS, pois terão que criar alternativas para superação do problema criado com a falta dos recursos da CPMF. Prosseguindo, deu posse a Comissão Corregedora Tripartite-CCT. A CCT é composta por integrantes do Ministério da Saúde, Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, conforme a portaria nº 2.763 de 26 de outubro de 2007, publicada no DOU de 04/12/07. A instituição e posse da CCT foram elogiadas pelo presidente do Conasems e o vice-presidente do CONASS. São membros titulares do Ministério da Saúde: Dr. Antonio Alves de Souza (coordenador), Dra. Gertrudes Cleide Mendes da Rocha e Cleusa Rodrigues da Silveira Bernades. Supleste do MS: Amélia de Andrade, Josafa dos Santos e Maria Natividade Gomes. Membros titulares representantes do CONASS: Dr. Eugenio Pacelli, Dr. Luis Roberto Barradas e Dr. Rogério Carvalho. Suplentes: Dr. Augustinho Moro, Dr. Ademar Cavalcanti Cunha Junior. Membros titulares representantes do CONASEMS: Luciano Von Saltiel, Maria Aparecida Pimenta e Valter Luis Lavinas. Suplentes: Patrícia Batista, Raimundo Alves Costa, Sonia Kamitani Yokoro. Dra. Márcia Bassit, parabenizou os integrantes e ressaltou a importância da auditoria no processo de gestão do SUS.

O CONASS foi elogiado pela articulação na recomposição do orçamento para a saúde para 2008.

Pauta		Decisões/Encaminhamento
Homologações		
a). Termos de Compromisso de Gestão Estaduais de São Paulo, Paraná e Rondônia. Os TCGM dos municípios (a relação em anexo): 01 - AC, 17- AL; 03 - BA; 31 - CE; 01 – ES; 04 - GO; 05- MA; 101 MG; 02 – PE; 293 - PR; 18 – RJ; 20 - RN; 521 – SP.		Homologados os Termos dos três Estados e dos 1.016, ficando o MS autorizado a publicar em <i>ad referendum</i> dos Termos que se encontram, em análise técnica, na ST/CIT.
b). Certificação dos municípios de: Taquaruçu do Sul, Cristal do Sul – RS; Ipubi, Pedra, Santa Maria do Cambucá e Vertente do Lério de Pernambuco, para gestão da vigilância em saúde.		Homologadas.

<p>c) <i>Ad referendum</i>. A portaria nº 43/07 – Aprovando os projetos de Educação Permanente dos estados : AC, AM, PA, AP, CE, PE, RS. DGES/SGTES</p>	<p>Aprovada.</p>
Pactuações	
<p>a). Pacto pela Vida 2008: prioridades e objetivos.</p>	<p>O DAD/SE apresentou as dez prioridades e seus objetivos discutidos no GT-Gestão da CT/CIT. Informou que as discussões sobre os indicadores não foram concluídas e portanto essa pactuação ficou na CIT de fevereiro de 2008, mas o GT/CT/CIT tem o compromisso de fechar essa discussão ainda em dezembro de 2007 para que os gestores tenham conhecimento em janeiro e pactuem em fevereiro. Os Representantes do CONASS e CONASEMS solicitaram a retomada das discussões sobre a Saúde Indígena. Citaram as dificuldades com a FUNASA, ONG, e alimentação dos sistemas de informações do SUS. O CONASS propôs a inclusão da Saúde do Homem nas prioridades do Pacto pela Vida. O CONASEMS levantou a questão do indicador sobre prevenção do câncer de mama que deverá ser discutida a fonte de informação pois o Sismama apresenta dificuldades para operacionalização. Também aponta a necessidade de revisão do objetivo em aumentar cobertura de próteses auditivas para adequação a política de saúde auditiva. A Secretária comentou a necessidade de integrações dos diversos setores do MS, citou a RIPSA como um serviço a ser integrado ao pacto. Acatou as proposta disse que o MS buscará soluções para os problemas da Saúde Indígena apontada pelos representantes do CONASS e CONASEMS. As prioridades e metas do Pacto pela Saúde para 2008 foram aprovadas com as ressalvas apontadas.</p>
<p>b). Financiamento para os laboratórios de saúde pública</p>	<p>Foram aprovadas as duas minutas de portarias apresentadas pela ANVISA, uma que regulamenta incentivo financeiro, em parcela única, destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública, a outra regulamenta o repasse mensal de recursos financeiros, a partir de 2008, destinados aos laboratórios de saúde pública. OS recursos alocados estão destinados a execução das ações de vigilância sanitária.</p>
<p>c) Malária – certidão sanitária</p>	<p>Foi aprovada portaria que a SVS delega competência às Secretarias de Estado, da região da Amazônia Legal, para a emissão dos atestados de condição sanitária (potencial malarígeno), para licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária e outros empreendimentos nas regiões endêmicas de malária. Dr. Wilson Alecrim, SES/AM, destacou a relevância da proposta, uma vez que um percentual significativo de casos novos de malária tem ocorrido em áreas de assentamento, e a importância dessas atividades para a prevenção, considerando que várias Secretarias já assumiram essas ações que agora passam a ter um financiamento</p>

	para apoiá-las.
d). A Política Nacional de Oftalmologia.	Foi aprovada a portaria que institui as diretrizes da Política Nacional de Atenção em Oftalmologia e a portaria da SAS e seus anexos, que estabelece as exigências e critérios para a organização da rede de atenção em oftalmologia e para o credenciamento e habilitação dos serviços em todas as Unidades Federadas. O CONASS solicitou que o MS/SAS avalie a implantação da política e o seu respectivo impacto financeiro. O coordenador Geral de Média e Alta Complexidade da SAS/MS disse que está prevista uma avaliação dessa política no prazo de um ano, considerando todos os seus aspectos inclusive a questão financeira.
O calendário para a CIT em 2008.	Aprovado.
Apresentação	
A Saúde Auditiva- Portaria nº 308 de 10/05/07 que trata da redução de 50% no valor dos aparelhos auditivos.	Foi apresentado pelo Coordenador Geral de Média e Alta Complexidade da SAS/MS, Joselito Pedrosa, a proposta de alocação de recursos referentes a diminuição dos valores de aparelhos auditivos. Não houve manifestação do plenário.
Informes	
a). Colegiados de Gestão Regional informados pelas CIB: 75/MG; 02/PI; 09/RS; 15/SC; 15 /TO	Sem manifestação do plenário.
<p>Outras questões que entraram em pauta:</p> <p>Foram acrescentados os seguintes informes:</p> <p>1. Secretário da SGEP/MS, informou a liberação dos recursos para a gestão participativa;</p> <p>2. Implantação da Tabela Unificada de procedimentos do SUS a Diretora do DERAC/SAS, informou que todos os preparativos para implantação da tabela unificada de procedimentos do SUS já foram adotados pelo Ministério da Saúde e DATASUS. Agradeceu o apoio dos gestores estaduais e municipais e dos técnicos tanto do Ministério da Saúde, DATASUS, o CONASS e CONASEMS que trabalharam todo o ano de 2007 para que a nova tabela fosse implantada. Ressaltou também a importância da utilização da tabela como um instrumento de gestão, pois ela fornece inúmeras informações que poderão auxiliar os gestores na melhoria do acesso do cidadão aos serviços e ações de saúde.</p> <p>3. O Secretário de Saúde do Estado da Bahia informou que a Assembléia Legislativa do seu estado aprovou a lei que cria a fundação estatal.</p>	